



## Conhecendo as trajetórias das intelectuais negras Conceição Evaristo, Djamilia Ribeiro, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro

Ana Paula Pires<sup>1</sup>; Renata Gonçalves<sup>2</sup>

### Resumo

As mulheres negras permanecem a imensa maioria a ocupar a base da pirâmide social brasileira. Esta comunicação é fruto de um projeto de Iniciação Científica em curso, que tem por objetivo examinar a mobilidade social das mulheres negras, a partir da análise da trajetória de 04 (quatro) intelectuais negras brasileiras que, de forma distinta, contribuíram e/ou contribuem para o debate sobre a condição da mulher negra no Brasil. São elas: Conceição Evaristo, Djamilia Ribeiro, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

**Palavras-chave:** intelectuais negras; trajetórias; racismo.

### Knowing the trajectories of black intellectuals Conceição Evaristo, Djamilia Ribeiro, Lélia Gonzalez and Sueli Carneiro

### Abstract

Black women remain the vast majority at the bottom of the Brazilian social pyramid. This communication is the result of an ongoing Scientific Initiation project, which aims to examine the social mobility of black women, based on the analysis of the trajectory of 04 (four) Brazilian black intellectuals who, in a different way, have contributed and / or do for the debate on the condition of

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares. E-mail: [applourenco@unifesp.br](mailto:applourenco@unifesp.br)

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Docente do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista. Co-coordenadora do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares. E-mail: [renata.goncalves25@unifesp.br](mailto:renata.goncalves25@unifesp.br)

GT 01 - Amefricanizando o feminismo: mulheres negras saindo da invisibilidade

black women in Brazil. They are: Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez and Sueli Carneiro.

**Keywords:** black intellectuals; trajectories; racism.

## Introdução

A escritora negra estadunidense bell hooks<sup>3</sup> (2015), ao estudar o lugar das intelectuais negras nos Estados Unidos, observou que frequentemente, mesmo as que têm formação universitária, são desconsideradas ou percebidas como meras imitadoras das intelectuais brancas, retirando a possibilidade das mulheres negras serem responsáveis por contribuir, formular e reformular ideias. A autora enfatiza que a voz das mulheres negras era abafada, desconsiderada, silenciada e só poderiam ser ouvidas se suas afirmações fizessem eco às visões do discurso dominante (hooks, 2015).

Essa mesma situação pode ser percebida com relação às intelectuais negras no Brasil. O racismo, o machismo e o capitalismo colocaram as mulheres negras numa tripla marginalidade, o que as faz vivenciar cotidianamente as dores pelo fato de serem pobres, mulheres e negras. Isso contribuiu para moldar o estereótipo de que as mulheres negras só são capazes de exercer atividades manuais que não demandam muita reflexão. São reservados a elas, portanto, os degraus mais subalternos da sociedade, podendo ocupar os mesmos lugares que as mulheres brancas e os homens brancos somente para poder servir às necessidades desta(e)s. Reserva-se às mulheres negras um lugar de subalternidade no novo mercado de trabalho, em que a cozinha e a ocupação no trabalho doméstico, são centrais, impossibilitando, na grande maioria das vezes, a sua mobilidade social. Racismo e sexismo estão na base estruturante das relações desiguais. Romper com este sistema de interconexões não é tarefa das mais fáceis, o que explica que as mulheres negras permaneçam acumulando índices de relações em que se intensificam a precarização.

Em nossa pesquisa, examinamos a trajetória de quatro intelectuais negras. O que chamou a atenção foi a visibilidade que elas

---

<sup>3</sup> Pseudônimo de Gloria Watikins. Grafado em minúsculo, o pseudônimo foi escolhido pela autora como homenagem à sua bisavó Bell Blair Hooks.

têm hoje na militância feminina negra e em espaços que vão das redes sociais e das mídias alternativas aos grandes meios de comunicação. Com trajetórias distintas e até com um abismo geracional entre elas, cada uma teve suas obras bastante difundidas nos últimos anos. São elas: Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Sueli Carneiro.

Lélia Gonzalez teve todas as suas intervenções escritas reunidas na coletânea *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras* (2018), organizada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Conceição Evaristo, utilizou a visibilidade que ganhou nos últimos tempos para questionar as regras que a fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos de idade. Sueli Carneiro, bastante conhecida das feministas e do movimento negro, teve destaque com a publicação de *Escritos de uma vida* (2019), que reúne artigos publicados ao longo de sua trajetória. Djamila Ribeiro, por fim, tem se revelado um verdadeiro meteoro do mercado editorial e das mídias alternativas e tradicionais.

O fio condutor que norteou a pesquisa foi o de que elas tiveram suas vidas marcadas pelo racismo, sexismo e desigualdade social. Infelizmente, no curto espaço deste artigo não será possível analisar a produção literária e/ou teórica das autoras.

### **A escrevivência de Conceição Evaristo**

Não apenas os brinquedos e o mundo da imaginação foram as companhias da criança literata nascida em novembro de 1946, os livros também ganharam espaço em seu universo infantil logo na primeira oportunidade. Maria da Conceição Evaristo nasceu negra, pobre, em uma comunidade de Belo Horizonte, teve 9 irmãos e um pai sobre o qual, desde cedo, mal sabe o paradeiro. As condições de planejar um bom futuro eram distantes até mesmo no pensamento. Sua mãe, dona Joana, casou-se novamente e o cônjuge, Aníbal, passou a ser considerado por Conceição seu verdadeiro pai, pelo cuidado e proteção. Com todas as dificuldades, Joana não estava cercada com as melhores condições, no entanto, tentava sempre incentivar a filha nos estudos, mesmo em seu tempo que era escasso. Enquanto cuidava da casa de alguém de fora, na condição de lavadeira, pensava com amor

nos de dentro do seu próprio lar e tentava se organizar para manter sua família saudável.

Aos 8 anos de idade, Conceição encarou seu primeiro emprego doméstico. Por estar sempre com a mãe e a tia, indo e vindo da casa das patroas para buscar, levar e fazer serviços para elas, Conceição entendeu muito cedo algumas funcionalidades sociais. A partir desse emprego, foram surgindo outros que lhe rendiam não só alguns trocados, mas também a troca por aulas particulares e livros didáticos, pois ela já pegava gosto pelo saber, sobretudo quando sua família se enxergou em *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, no final dos anos 1960, por sua história semelhante à dela.

Aos 11 anos, quando a tia de Conceição começou a trabalhar em uma biblioteca da cidade, a pequena, que hoje costuma dizer que ganhou uma biblioteca inteira só para si, era frequentadora assídua do espaço e pegava vários livros emprestados para ler, como quem tinha sede e necessitava saciar-se. Ler e escrever eram para ela uma forma de buscar respostas para seus questionamentos juvenis, além de amenizar e resolver ficcionalmente as situações de pobreza que enfrentava com sua família. Mesmo que por alguns minutos, as dificuldades eram ocultadas e substituídas por estabilidade financeira e melhores condições de vida.

Conceição, em meio a todas as questões que desde nova lhe cercaram, aos 17 anos entrou para a Juventude Católica Operária (JOC), o que contribuiu em sua trajetória com diversas questões da sociedade brasileira, como a compreensão da questão de classe e de gênero e, já munida de mais informações, formou-se na escola aos 25 anos. Já as questões de raça e etnia estiveram nos estudos dela nos anos 1970, quando se mudou para o Rio de Janeiro, onde começou a tentar ascensão profissional como professora. Neste momento, houve um processo de desfavelamento das famílias da capital de Minas Gerais e essas foram enviadas para regiões periféricas da cidade, o que agravou ainda mais a situação financeira das famílias e dificultou o magistério de Conceição na capital.

Após essa oportunidade, Conceição aprimorou seu aprendizado e cursou Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sempre crítica, ela, apesar de gostar do conhecimento

adquirido no curso, se incomodou com o teor acadêmico dos professores moldando e padronizando seu modo de escrever e se viu em dificuldade quando os esses questionaram os textos dela, uma vez que o corpo docente os julgava como textos de boa qualidade, porém muito literários para a academia, o que ela sempre acreditou ser incoerente. Já inserida na academia, Conceição cursou mestrado em Literatura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense.

Na década de 1980, Conceição entrou em contato com o coletivo cultural Quilombhoje, responsável pela publicação da série “Cadernos Negros”, livro do qual ela pode participar escrevendo uma edição em 1990. Ao aprimorar aprendizados e estar em contato cada vez maior com aquilo que desde pequena fez brilhar seus olhos, ela começou a escrever com mais afinco e fez inúmeros sacrifícios para ter sua obra lançada, acreditando sempre em suas potencialidades e entendendo o racismo como uma questão estruturante da sociedade. Indignada por mulheres negras não ocuparem lugares de escritoras e, quando ocupam serem silenciadas e abafadas, como Maria Firmino, mulher negra que escreveu o primeiro romance brasileiro e de quem pouco é falado, Conceição se muniu de mais força para vencer essas barreiras e colocar em circulação a *escrevivência* que a permeou desde o início da vida, conceito que ela usa como mote de criação à vivência pessoal ou coletiva e a escrita como uma resistência, sobretudo sobre mulheres negras que são silenciadas historicamente.

Percebe-se, portanto, a atitude consciente de Evaristo em pensar a presença do negro na literatura brasileira a fim de desconstruir a visão de inferioridade que lhe é inerente desde a chegada dos africanos no Brasil. Tendo realizado sua estreia literária com poemas e contos publicados na Série Cadernos Negros na década de 1990, Evaristo tem hoje uma produção que envolve poemas, contos e romances (SILVA, 2017, p. 38)

Em 2003, Conceição escreveu um romance *Ponciá Vicêncio*, no qual aborda questões raciais, de gênero e de classe, o que acredita ser essencial à sua escrita. Anterior a esse que é um dos mais conhecidos,

Conceição também escreveu contos e livros como *Becos da Memória* (2006) e *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011). Após a publicação do romance de 2003, *Olhos d'água* (2014), veio também com caráter de denúncia e exposição das desigualdades latentes no Brasil. Ainda seguindo o curso de escritas publicadas, veio, então, *Histórias de leves enganos e parencças* (2016), *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017), além de alguns artigos.

Há uma forte presença de pessoas negras nos escritos de Conceição, sobretudo de mulheres. Ela escreveu em *Olhos d'água*, já no primeiro conto, sobre a história de uma mulher cuja cor dos olhos de sua mãe havia se perdido na memória e deixa marcado o meio social de onde vinha a jovem, bem como suas condições no trecho

E naquela noite a pergunta continuava me atormentando. Havia anos que eu estava fora de minha cidade natal. Saíra de minha casa em busca de melhor condição de vida para mim e para minha família: ela e minhas irmãs tinham ficado para trás. Mas eu nunca esquecera a minha mãe (EVARISTO, 2016, p. 18).

Em outro momento, Conceição detalha a condição de miséria da família narrada no mesmo conto quando narra “Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento”. (EVARISTO, 2016, p.16). Os livros de Evaristo, no geral, trazem narrativas de forma poética e leve de histórias que acontecem devido às injustiças sociais. Ainda que o desfecho seja algo pautado em tristezas e dores, seu modo de transmitir é um diferencial na literatura atual, pois entende a escrita publicada como algo político.

No auge do seu reconhecimento em boa parte do território nacional e internacional, em 2017 o Itaú Cultural de São Paulo realizou a *Ocupação Conceição Evaristo*, que trouxe aspectos da vida e literatura dela. Conceição ficou imensamente feliz pelo reconhecimento, porém sempre problematizando apontamentos sobre o lugar esperado para uma mulher negra quando questionada a respeito disso, apontando que ela continua sendo negra na sociedade brasileira e, ao sair da exposição, por exemplo, sofre discriminação na rua por ser não mais a escritora, mas a negra.

### ***A amefricanidade de Lélia Gonzalez***

Em um universo de família pobre, em uma casa com vinte pessoas, Lélia encontrava espaço para ser criança e era apegada aos livros desde pequena. Foi na década de 30, precisamente no primeiro dia de fevereiro de 1935, que nasceu Lélia de Almeida, em Belo Horizonte - Minas Gerais. Filha de um ferroviário negro, Accacio, e de uma empregada doméstica indígena, Urcinda, foi a penúltima de um total de 18 irmãos. Sua família mudou-se para o Rio de Janeiro quando ela ainda era criança – aos 8 anos de idade – devido ao interesse de um de seus irmãos, Jaime de Almeida, ingressar no time de futebol do Flamengo, no qual conseguiu sucesso como jogador e, posteriormente, como treinador.

Ainda no ensino fundamental, Lélia precisou dividir seu tempo de estudos com seu primeiro emprego: o de babá. “Quando criança, eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo” (GONZALEZ, 1986, p. 8). Apesar de dificuldades financeiras e em seus estudos devido ao emprego, ela conseguiu concluir o Ensino Fundamental com êxito e, posteriormente, o Ensino Médio no Colégio Pedro II, graças a uma organização que seus irmãos faziam investimento para que ela estudasse. Logo após o término do Ensino Médio, ela ingressou em uma universidade onde cursou licenciatura em História e Geografia. Com todas as dificuldades provenientes de uma mulher negra de origem pobre, sua formação não se encerra aí. No final dos anos 1950, ela ingressou na Universidade Estadual de Guanabara – hoje conhecida como Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – onde cursou bacharelado em Filosofia.

Além disso, Lélia Gonzalez deu prosseguimento em sua formação acadêmica ao fazer mestrado em Comunicação Social em Antropologia Política, em São Paulo. Com toda a bagagem adquirida na vida e nos meios universitários que a formaram intelectualmente, além de sua fluência em inglês, espanhol e francês, atuou como professora universitária na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade Gama Filho. Ela lecionou, também, Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ).



Em um relacionamento com um homem branco espanhol, Luiz Carlos Gonzalez, de quem herdou o sobrenome para fazer-lhe homenagem, Lélia percebeu o preconceito racial bem marcado por parte da família dele. Na contramão da família, eles se casaram em 1964, porém, já no ano seguinte foram separados devido à morte trágica de Luiz, que cometeu suicídio, deixando Lélia viúva e extremamente fragilizada emocionalmente. Para dar prosseguimento em sua vida profissional, Lélia passou a lecionar nas Faculdades Integradas Estácio de Sá (FINES) em 1970 e alguns anos depois no Departamento de Letras da PUC - Rio e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais na UFRJ. Ainda na década de 1970, em meio às tensões causadas pela Ditadura Militar, ela aprofundou seus estudos, desta vez na área da Psicologia, estudando Lacan e Freud com um dos professores responsáveis por fundar o Colégio Freudiano do Rio de Janeiro. Seu gosto pela psicologia teve, então, um impacto importante em seus estudos raciais posteriores.

No fim da década, Gonzalez iniciou o Curso de Cultura Negra na Escola de Artes Visuais do Parque Lage (RJ) e passou a integrar a Assessoria Política do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN/RJ). Ao avançar para uma autocompreensão, ela “encontrou na psicanálise e no candomblé importantes instrumentos para o ‘descobrimto de sua negritude’ e para a construção de uma consciência de gênero”. (VIEIRA, 2015, p. 215). Como continuidade e aprofundamento desse desafio, Lélia fundou, juntamente com outros líderes negros e negras, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em São Paulo, que ficou conhecido depois apenas como Movimento Negro Unificado (MNU), fazendo denúncia do mito da democracia racial, lutando pelo fim da violência e discriminação racial e reivindicando políticas públicas em benefício da população negra. Junto a isso, Lélia fazia a discussão de sexismo, entendendo que os próprios companheiros, dentro do Movimento, tinham falas de cunho machista e patriarcal e deixavam a mulheres do MNU em segundo plano, como se fossem superiores pela condição de serem homens.

Nesse processo, houve grande dificuldade das mulheres se entenderem como integrantes do Movimento Negro, então elas foram buscar apoio no Movimento Feminista, no entanto, esse, por sua vez,



não lidava com as questões das mulheres negras e omitiam o racismo, de modo que as questões tratadas eram apenas das mulheres que o feminismo tinha como universais, as brancas, as necessidades das mulheres negras ainda estavam mais longe de serem discutidas. Vendo estas ocorrências, Lélia começou a questionar posturas racistas e classistas do feminismo que não tratava de questões específicas de mulheres negras nem pobres, para isso, Lélia se apoiou em Frantz Fanon, defendendo a descolonização do feminismo. Segundo Vieira (2015), “No entanto, a autora não romantizava os movimentos em que atuava e repreendia incisivamente o comportamento machista de seus companheiros de luta.” (VIEIRA, 2015, p. 217).

Uma das primícias de Lélia Gonzalez era a facilitação da linguagem de seus textos escritos, contrário a Simone de Beauvoir, a quem criticava devido à sua linguagem de complicada compreensão, porque entendia que as pessoas a quem chamava irmãos e irmãs, ou seja, o povo negro, deviam compreender, uma vez que a mensagem era também para eles e boa parte deles tinha pouco conhecimento. Assim, se escrevesse de forma simples, a compreensão seria melhor e a mensagem que ela queria transmitir alcançaria a quem era de objetivo alcançar.

Em alguns de seus escritos, em que ela usa uma linguagem bem específica, marca de seus textos, Lélia usa o termo “pretuguês”, “que nada mais é do que a marca da africanização do português falado no Brasil” (GONZALEZ, 2018, p. 323). Ela entende que as culturas trazidas ao Brasil – sobretudo a africana, como herança – têm grande influência na língua portuguesa e faz todo um raciocínio que nos leva a entender porque em algumas regiões no Brasil as pessoas trocam o “l” pelo “r”, por exemplo, e essas mesmas pessoas são julgadas como quem fala errado. Segundo ela, isso é fruto de um idioma da África, no qual o “l” inexistente. Em contrapartida, ela colocou em dúvida também a omissão do “r” ao final dos verbos no infinitivo, e isso não é considerado um erro no português.

Além do uso do termo “pretuguês”, Lélia formulou alguns outros vocábulos também a partir de seus estudos. Ela se percebeu enquanto mulher negra e estudou para entender as mulheres com origens africanas em seus meios no Brasil. Com isso, Lélia,

Das andanças e da profunda inquietude intelectual, formulou a “amefricanidade”, uma categoria-chave na formação da América africana ou “Ameicana”, como reconhecimento da intensa contribuição da cultura africana ao novo continente (GONÇALVES, 2019, p. 195).

Em seus textos, Gonzalez fazia questão de deixar bem marcado, por vezes com ironia, e sempre com linguagem de fácil acesso, o lugar que era destinado à mulher negra na sociedade e de como o racismo se constrói no Brasil. Em um de seus textos, ela explana sobre Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira, como traz o próprio título, e inicia com uma crítica aos brancos que, na ocasião, convidam os negros para comporem uma mesa com eles, porém esquecem de deixar espaço para a acomodação desses, além de passarem por pautas que dizem respeito à população negra, falarem por eles com propriedade e não abrirem espaço para expressarem as próprias vivências, irritando-se, inclusive, quando uma mulher preta começa a falar. Lélia também define como é visto o papel da mulher negra na sociedade brasileira.

Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano (GONZALEZ, 1983, p. 226)

Eram comuns textos em que a intelectual tecia críticas a renomados autores brasileiros quando discordava de algum posicionamento constantemente debatido. Sobre isso, Gonçalves (2019) aponta que

Lélia debateu com expoentes do pensamento social brasileiro. Demonstrou a Gilberto Freyre, por exemplo, que a exaltada miscigenação foi resultado da violência do estupro da mulher negra. Em dobradinha com Heleieth Saffioti, teceu críticas contundentes a Caio Prado Junior por este não reconhecer a tragédia do desejo dos senhores da casa-grande sobre os corpos das negras da senzala e pela insistência dele em priorizar a luta de classes e

não incorporar as categorias raça e sexo às análises (GONÇALVES, 2019, p. 195)

Em 1994, acometida por problemas cardiovasculares, Lélia faleceu no Rio de Janeiro. As contribuições deixadas por ela são fomentadas até hoje no meio acadêmico e nos movimentos negro e feminista. Recentemente, em 2015, Lélia foi homenageada por sua vida e obra no Rio de Janeiro no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), com uma exposição intitulada “Lélia Gonzalez: o feminismo negro como palco da história”. Também após o seu falecimento, foram publicadas obras da autora, como em 2018 o livro “Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras” composto por entrevistas, depoimentos, e textos produzidos por ela. Segundo Gonçalves (2019, p. 193), “O livro surge como um raio de sol para nos guiar nestes tempos sombrios.” Atualmente, o nome de Lélia Gonzalez protagoniza grupos de estudos, teses acadêmicas, exposições, dentre outros meios, perpetuando, assim, sua memória e as mais significativas linhas que escreveu em sua própria história.

### ***O lugar de fala de Djamila Ribeiro***

Cercada de grandes incentivadores à leitura desde cedo, nasceu Djamila Taís Ribeiro, no ano de 1980, na cidade de Santos, Litoral Sul paulista. O nome, escolhido pelo pai, Joaquim José, é de origem do leste africano, swahili, que significa beleza. Joaquim era estivador, comunista, ativista do movimento negro e um dos fundadores do Partido Comunista na cidade, responsável por inspirar Djamila desde pequena a militar, como fez ainda criança quando ia aos quatro anos de idade em atos pela cidade, além dele também estimulá-la a ler bastante, o que a levou quando adulta a optar pela faculdade de Filosofia. A mãe, Erani, também teve papel fundamental em seu interesse pelos estudos, ela trabalhava como empregada doméstica e queria estudar, mas abandonou os sonhos para cuidar de seus filhos, o que veio a refletir na jovem Djamila mais tarde.

Djamila vivia em Santos com seus pais e seus três irmãos até que um câncer no rim acometeu Erani em 1996, quando a filha tinha 16 anos, e ela veio a falecer em 2001. Em 2002, Joaquim descobriu um câncer na medula e após seis meses internado em um hospital, onde

recebia visita da filha todos os dias, também faleceu. Djamila, ainda bem jovem, enquanto enfrentava a doença do pai e logo após a morte da mãe, que abalaram muito da estrutura que havia formado até ali de que mulher negra precisa ser forte, passou a compor a Organização Não Governamental (ONG) Casa de Cultura da Mulher Negra, ainda em Santos, onde pôde descobrir um universo novo até então. Lá, Djamila trabalhou por aproximadamente quatro anos, discutindo gênero e raça. Nessa Casa, havia uma biblioteca intitulada Carolina Maria de Jesus e a partir dela a menina pôde se reconhecer melhor enquanto negra e perceber a existência, apagada pela sociedade, de escritoras negras como a própria Carolina de Jesus, Toni Morrison, entre outras que chamaram a sua atenção. Junto a esse fortalecimento que a Casa de Cultura propiciava, Djamila encontrava na literatura um escape e elementos para viver o luto que havia se instaurado com a perda dos pais.

A autora narra também experiências da adolescência, como quando começou a trabalhar em uma barraca de pastel, contra a vontade do pai, que ficou meses sem falar com ela ao descobrir, ou quando trabalhou para a amiga de sua mãe como auxiliar de serviços gerais, emprego que deixava os pais igualmente desgostosos. Ela conta que, mesmo tendo boas notas e sendo fluente em inglês, tinha oportunidades diferentes de colegas. “Até que um dia, num processo lento e doloroso, comecei a despertar para o entendimento. Compreendi que existia uma máscara calando não só minha voz, mas minha existência” (RIBEIRO, 2018, p. 15)

No auge de sua juventude, a primeira vivência acadêmica de Djamila foi no curso de Jornalismo, o qual abandonou tempos depois ao engravidar de Thulane e decidir dedicar-se à filha. Isso quase ocasionou uma depressão, visto que seu almejo era estudar e não apenas ficar em casa cuidando da família, como a mãe fora levada a fazer. Após algum tempo em uma rotina que desgastava e frustrava por não atender aos sonhos que ela tinha construído até ali, Djamila sonhou com os pais dela, em 2006, e eles falavam para ela cuidar do espírito, o que foi entendido como um chamado a uma tentativa de mudança de rumo que sua vida estava tomando até então. Decidida, Djamila foi procurar emprego e trabalhou de secretária em uma empresa do Porto de Santos, pouco tempo antes de encontrar a

Universidade Federal de São Paulo, campus Guarulhos, em uma pesquisa na internet, ofertando o curso de Filosofia Política. Nesta oportunidade inscreveu-se no vestibular da universidade em segredo e foi aprovada naquele mesmo ano, para surpresa e indignação de seu ex-marido – pai de Thulane – e de sua família, que não aprovou a escolha de ir e voltar de Guarulhos todos os dias, deixando sua filha de, então, 3 anos de idade em uma escolinha integral. Porém, ao invés de alimentar-se com o desestímulo, ela tinha ainda mais convicção de sua escolha, lembrando de sua mãe que abandonara o sonho de estudar.

Passada a graduação, já formada em Filosofia Política pela Unifesp, Djamila resolveu, então, cursar o mestrado no qual se aprofundou em Simone de Beauvoir e Judith Butler. Ela também escreveu para alguns blogs. Inicialmente, compôs o Blogueiras Negras, escreveu para a revista online CartaCapital de 2014 a 2017, como colunista semanal, e a visibilidade maior veio quando ela concedeu uma entrevista a Pedro Bial, em um programa de entrevistas na Rede Globo, em 2014. Em seus textos, nas colunas, a filósofa tenta escrever com linguagem acessível para que seja comunicada e compreendida de forma nítida, mesmo tratando de temas polêmicos e densos na internet e fora dela. Djamila, ainda, escreveu o prefácio do livro “Mulheres, Raça e Classe” da filósofa americana Angela Davis, que foi traduzido e lançado no Brasil pela Editora Boitempo em 2015, o que lhe rendeu grande alegria e maior visibilidade. Em 2016, ela foi secretária adjunta de Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo, sob gestão de Fernando Haddad. Djamila mudou-se para Zona Oeste de São Paulo em 2016, onde mora hoje com seu companheiro Breno Tardelli e com a filha Thulane.

Desde sua passagem pela Casa da Cultura da Mulher Negra e sua formação e pesquisa sobre Beauvoir e Butler, Djamila nutre-se de algumas fontes de intelectuais negras para entender e expressar as vivências específicas dessas mulheres. Hoje, a autora também realiza palestras sobre mulheres negras que, há muito tempo, combinam opressões, sendo, portanto, mais vulneráveis na sociedade. Em seus textos, ela deixa explícito que a mulher negra que é desfavorecida financeiramente tem mais dificuldade em acessar algum espaço que a mulher branca, mesmo sendo pobre, tem acesso.

Apesar de possuir inúmeros artigos e textos publicados online, Djamila ainda não havia materializado textos para a publicação de um livro, mas esse feito veio em 2017, ao lançar a coletânea *Feminismos Plurais*, que ela mesma abre a edição lançando o livro *O que é lugar de fala?*, que, segundo ela, é uma discussão necessária por se tratar de erros das partes militantes até hoje, por entender-se, precipitadamente, que quem não sofre uma opressão não tem espaço para falar sobre.

Acredito que muitas pessoas ligadas a movimentos sociais, em discussões nas redes sociais, já devem ter ouvido a seguinte frase “fique quieto, esse não é seu lugar de fala”, ou já deve ter lido textos criticando a teoria sem base alguma com o único intuito de criar polêmica vazia. Não se trata aqui de diminuir a militância feita no mundo virtual, ao contrário, mas de ilustrar o quanto, muitas vezes, há um esvaziamento de conceitos importantes por conta dessa urgência que as redes geram. Ou porque grupos que sempre estiveram no poder passam a se incomodar com o avanço de discursos de grupos minoritários em termos de direitos (RIBEIRO, 2017, p. 56)

No ano seguinte ao seu primeiro livro, Djamila lança, então, *Quem tem medo do Feminismo Negro?*, mais uma vez em formato de pergunta, porém, desta vez, distante do formato acadêmico de pesquisa para explanar termos, mas sim utilizando de um compilado de artigos que lançava semanalmente na revista online Carta Capital. Em formato de contos, o livro narra suas experiências da infância, da adolescência e até da vida adulta, lidando com as demandas diárias do lugar de mulher negra e explicitando o que essa condição implica em suas vivências. Ainda em 2018, a autora feminista lançou o Selo Sueli Carneiro, objetivando a publicação de literatura de mulheres negras e de traduções feitas por mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+<sup>4</sup>, latinas e caribenhas, gerando mais reconhecimento às mulheres que não têm tanto espaço no meio editorial. Além disso, Djamila foi

---

<sup>4</sup> Sigla utilizada pela comunidade em questão para designar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros, Queer, Interssexuais, Assexuais e outros, definida primeiramente como “LGBT” no fim da década de 1980.

premiada pelo Troféu Mulher Imprensa na categoria Colunista de Jornal ou Revista

Em novembro de 2019, a autora feminista lançou seu terceiro livro, intitulado *Pequeno Manual Antirracista*, inspirado no livro “Para educar crianças feministas - um manifesto” de Chimamanda Ngozi. Atualmente, Djamila Ribeiro participa de palestras em instituições de ensino e de eventos nacionais e internacionais. Também em 2019, Djamila ganhou o prêmio Prince Claus Award 2019, pelo Ministério de Relações Exteriores da Holanda, destacando suas obras quanto ao feminismo negro. No mesmo ano, ela foi selecionada pelo governo francês no programa “Personalidade do Amanhã”, pelo seu ativismo no Brasil. Djamila Ribeiro, além disso, lançou recentemente algumas de suas obras em francês e foi até o país para a publicação de seus livros.

### **Sueli Carneiro *enegrecendo o feminismo***

Sem imaginar que seria reconhecida pelos escritos de uma vida inteira e pelo legado que tem construído, Aparecida Sueli Carneiro, mais velha de sete irmãos, nasceu em junho de 1950, na cidade de São Paulo. Ainda na primeira infância, ela foi acometida por uma doença causada por alergia ao leite, o que a fragilizou e exigiu cuidados específicos para sobreviver quando pequena. Ao crescer, a menina foi construindo uma personalidade que mais tarde seria elemento importante para sua compreensão de mundo e do espaço que ocuparia na sociedade. “Sempre fui uma menina peralta, valente e briguenta. Tinha, para os padrões convencionais, um comportamento de menino” (BORGES, 2009, p. 25).

José Horácio, seu pai, era ferroviário e semianalfabeto e Eva, sua mãe, era costureira que deixou de exercer a função para prestar outros serviços mais tarde na própria casa. Sueli, ainda criança, aprendeu muito com a mãe, principalmente quando essa lhe incentivava a ter sua própria independência financeira para não depender do casamento. Além disso, seus pais lhe ensinavam sobre o fato de ser negra e a encorajavam a se defender quando eles não estivessem presentes. Eles diziam que ela, enquanto menina negra, precisava reagir a uma agressão nos meios que frequentava para não



sair sempre prejudicada das situações em que se envolvesse. Como irmã mais velha, também cuidava e protegia os irmãos.

Foi no ingresso à escola que Sueli teve o primeiro contato mais explícito com o racismo estrutural e percebeu a perversidade que a desigualdade racial causava em pessoas negras ainda no início da infância.

Sua primeira formação veio em 1980, no curso de Filosofia da Universidade de São Paulo. Logo após, emendou um mestrado acadêmico no qual pôde conhecer a existência de inúmeros filósofos africanos que compunham publicações internacionais de grande importância, mas que não eram sequer conhecidos pelos próprios negros, e muito menos reconhecidos pelos brancos. Sueli pôde entender, com isso, a gravidade das problemáticas do racismo no meio acadêmico e nas elites intelectuais, que promovem a desvalorização da pessoa negra. Consciente disso, trabalhou com a situação econômica da mulher negra.

No ano de 1982, junto a outras mulheres, Sueli fundou o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo. Ao perceber quão escassa era a presença feminina e negra nos espaços de destaque, de participação política, ela teve sua atenção voltada ao Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF/SP), que havia sido fundado em São Paulo e não contava em sua composição com nenhuma mulher negra entre as 32 conselheiras. Sueli entrou para o Conselho, abrindo espaço para que fossem feitas discussões sobre a luta contra a opressão de raça da população negra e diversos temas interligados. Mais tarde, em 1988, passou a integrar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e coordenou o Programa da Mulher Negra.

No mesmo ano, Sueli Carneiro fundou o Geledés - Instituto da Mulher Negra, uma organização negra e feminista em São Paulo, que congrega o pensamento e a ação sobre demandas do seguimento social e racial. O Geledés também trabalha nas áreas da saúde, política e jurídica, que passou a ser referência em todo o Brasil.

Após a década de 1980, Sueli concluiu um doutorado em Filosofia da Educação. Em 1996, foi convidada a redigir uma parte do Programa Nacional de Direitos Humanos. Em 2003, recebeu o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz, um prêmio que reconhece e

homenageia brasileiras que lutam pela defesa dos direitos das mulheres e de gênero. Em 2017, conquistou o Prêmio Itaú Cultural na categoria “Mobilizar”. Outra homenagem marcante ocorreu em 2018, quando Djamila Ribeiro lançou o Selo Sueli Carneiro, com o objetivo de divulgar, dentre outras, a literatura negra, ao mesmo tempo em que homenageava a história e a contribuição de Sueli para os estudos referentes às mulheres negras. Carneiro, então, compilou os textos que havia escrito durante sua trajetória e lançou a autobiografia *Escritos de uma vida* (2019).

Sueli percebe e se incomoda com as pautas exclusivamente brancas dentro do movimento feminista e passa a pensar estratégias para a inclusão de demandas de mulheres negras no interior do movimento. Para ela, as opressões sofridas pela mulher negra e pela branca são diferentes e isso deve ser considerado dentro do feminismo. Lança mão do termo “enegrecer o feminismo”:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca (CARNEIRO, 2003)

A ativista antirracista, atualmente, é uma das mais importantes contribuintes na discussão de interseccionalidade<sup>5</sup> de raça, gênero e classe, inspirando outras mulheres mais jovens aos estudos interseccionais. “Faz-se necessário, por isso, dar ouvidos à voz de Sueli Carneiro, uma das mais importantes ativistas do movimento de mulheres negras da contemporaneidade” (BORGES, 2009, p. 17). Ainda que esteja ativa, compartilhando seu saber, Sueli entende que é chegada a hora de “passar o bastão”, como ela mesma diz. Segundo a intelectual, há um número significativo de mulheres chegando no

---

<sup>5</sup> Intersecção de opressões como de raça, de gênero e de classe. “Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo” (AKOTIRENE, 2018)

meio militante e intelectual e se estabelecendo no cenário da luta pela igualdade de gênero e pelas conquistas de igualdade racial e a multiplicidade de vozes que estão se erguendo nesta geração, o que a deixa alegre e aliviada. Ela cita mulheres como

A Djamila Ribeiro, Stephanie Ribeiro, Joice Berth, Ana Paula Lisboa, Luana Tolentino, Natália Neris, Monique Evelle, Taís Araújo, Diane Lima, Maju Coutinho, Sil Bahia. Vai vendo... Luz Ribeiro, Preta Rara, Karol Conka. *É uma festa!* (SANTANA, 2017, p. 17)

Sueli acredita que, assim, quando for chegada a hora de pausar as contribuições mais ativas que vem fazendo desde os anos 1980, a geração posterior a sua estará preparada para assumir e fará um bom trabalho.

## Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BORGES, Rosane. *Sueli Carneiro*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen, 2019.
- CARNEIRO. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados* 17, São Paulo, v. 49, p. 117-132, 2003.
- EVARISTO, Conceição. É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora. [Entrevista concedida a] Júlia Dias Carneiro. *BBC Brasil*, 09 mar. 2018. Disponível em: <[www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948)>. Acesso em: 03 Maio 2020.
- EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- EVARISTO, Conceição. "Ser escritora não rompe com o imaginário em relação às mulheres negras". [Entrevista concedida a] Pedro N. Ribeiro; Mariana Pitasse. *Brasil de Fato*, 25 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefatorj.com.br/2018/07/25/ser-escritora-nao-rompe-com-o-imaginario-em-relacao-as-mulheres-negras>>. Acesso em: 05 Maio 2020.

- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GONZALEZ, Lélia. Entrevista. *O Pasquim*. São Paulo, n. 871, p. 8-10, 1986.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.
- GONÇALVES, Renata. Lélia Gonzalez: uma rosa negra para novas primaveras! *Revista Plural*, São Paulo, v. 26, n. 1, p.193-196, 2019.
- hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, Brasília, p. 193-210, 2015.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Justificando, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SANTANA, Bianca. Sobrevivente, testemunha, porta-voz. *Revista Cult*. São Paulo, v. 20, n. 223, 2017.
- SILVA, M. O. M. *Entre mares, lares e terras: identidade cultural e contexto pós-colonial em Jamaica Kincaid, Dionne Brand e Conceição Evaristo*. 2017. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- VIEIRA, Bianca. Em bom pretuguês: Lélia Gonzalez, uma quilombola americana. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 34 p. 214-218, 2015.